

22/11/2017

4- **A situação foi provocada pelo agente?** Excelência, **NÃO!** Nunca é demais repetir que [REDACTED] sem qualquer razão, começou a gritar dentro do apartamento, simulando estar sendo agredida pelo réu.

27

5- O réu tinha como evitar a conduta? Este requisito se entrelaça com a excludente de culpabilidade *inexigibilidade de conduta diversa*. O réu poderia evitar o perigo atual a sua honra simplesmente saindo de casa, deixando a vítima sozinha? **NÃO.** Conforme o depoimento dele, imediatamente anterior ao início da encenação da vítima, essa se colocou em frente à porta de saída do apartamento, impedindo-o de sair. Logo em seguida [REDACTED] começou a gritaria, não tendo [REDACTED] outra atitude a tomar, senão, tentar tapar a boca de [REDACTED] para fazê-la cessar as agressões a sua honra.

6- **O réu tinha conhecimento da situação de fato (do seu bem jurídico estar em perigo)?** Obviamente que sim.

7- **O réu tinha o dever legal de enfrentar o perigo?** Não.

Preenchidos pelo réu, então, os requisitos objetivos e subjetivo do estado de necessidade, deverá ser reconhecida a excludente de ilicitude em comento, a fim de absolvê-lo da acusação de lesão corporal culposa no contexto da violência doméstica.

Caso Vossa Excelência entenda que que o bem ameaçado da vítima é mais relevante que o bem do réu, embora não haja a exclusão da ilicitude do fato, deverá reduzir a pena a ser imposta entre um a dois terços, atendendo ao comando legal do § 2º<sup>11</sup> do artigo 24 do Código Penal.

<sup>11</sup> § 2º Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.